

A TEMÁTICA REGIONAL: CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Maria Arminda do Nascimento Arruda (*)

Os discursos regionalistas compõem-se de expressões produzidas a partir de diferenças, formadas em relação às demais circunscrições territoriais e frente ao Estado Nacional. Nesse sentido, a análise do regionalismo brasileiro centra-se, comumente, no período cuja descentralização política foi mais nítida, no transcurso da Primeira República. Em certas obras, todavia, a análise do regional realça as manifestações ideológicas da classe dominante local, politicamente instrumentalizadas, quer para manter o controle da dominação interna ou, principalmente, para criar condições favoráveis de enfrentamento dos conflitos que se desenrolam na esfera federal. ⁽¹⁾

Na abordagem historiográfica, particularmente, o regionalismo foi compreendido como manifestação típica da federação brasileira, no período da descentralização republicana. Desse ponto de vista, o federalismo radica-se nos preceitos liberais de estruturação do poder político, para os quais todas as formas de centralismo rescendem a iniciativas constritoras da liberdade.⁽²⁾ O federalismo, numa definição de cunho jurídico, diz respeito à realidade do “Estado-soberano, formado de uma pluralidade de Estados, no qual o poder do Estado emana dos Estados-membros ligados numa unidade estatal”.⁽³⁾ No primeiro momento da estruturação do sistema republicano de governo, o federalismo corresponde a um desfecho pragmático, amalgamador de contrastes e não uma resposta adrede preparada.⁽⁴⁾ Durante a primeira República, contudo, o federalismo cingiu-se às vozes dos proprietários rurais brasileiros, configurando uma forma política solí-

(*) Professora da Fundação Getúlio Vargas São Paulo.

- (1) Há dois trabalhos exemplificadores dessa linha de análise: Otávio Soares Dulce. “As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia”. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Editora Cortez, 1984, pp. 7 a 32. Heloisa M. Murgel Starling. *Os Senhores das Gerais. Os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1986.
- (2) Sobre o tema podem-se consultar entre outros: Laski, Harold J. *El liberalismo Europeo*. Tradução espanhola 3.ª edição, México, Fondo de Cultura Económica, 1961. C.B. Mackpherson, *The political theory of possessive individualism. Hobbes to Locke*. 8.ª edição, Oxford, Oxford University Press, 1979.
- (3) Ana Maria Brasileiro. “O federalismo cooperativo”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. n.º 39, julho de 1974, p. 84.
- (4) Raymundo Faoro. *Os donos do poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. 5.ª ed. Porto Alegre, Editora Globo, 1979. p. 563.

cita, promotora dos galardões de alguns.⁽⁵⁾ Por isso, “nosso federalismo, como em geral o federalismo latino-americano, sempre foi tido como tanto ou quanto artificial . . . Sem embargo disso, o federalismo foi uma das importações políticas que mais depressa se aclimataram em nosso país”.⁽⁶⁾ A combinação entre artificialismo e adaptabilidade reporta-se à problemática geral da cultura brasileira, que nas palavras de Roberto Schwarz, gestou uma terra povoada por “idéias fora do lugar”.⁽⁷⁾ A vigência das tradições democráticas nunca passaram, nesse período, de petições de princípios, criando um descompasso entre a forma institucional e a vida de uma prática verdadeiramente representativa.⁽⁸⁾ “A superposição do regime representativo, em base ampla, a essa inadequada estrutura econômica e social, havendo incorporado à cidadania ativa um volume contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral”.⁽⁹⁾ A Constituição de 1891 criou um federalismo de tipo “isolacionista ou dual”, concorde com o desempenho da propriedade agrária, regido pelos Estados mais poderosos.⁽¹⁰⁾ Entretanto, tal andamento não correspondeu ao obscurecimento do poder central. A ausência de partidos com feição nacional prenuncia, antes, a fraqueza do que o revigoramento dos condutores da política no plano estadual. Tudo indica que o Estado, paralelamente à convivência federativa, caminhou no sentido do seu fortalecimento.⁽¹¹⁾ O fenômeno do coronelismo, primorosa-

(5) Para Amaro Cavalcanti o federalismo brasileiro era “uma espécie de patrimônio ou a presa exclusiva de certos indivíduos ou de um grupo, que o explora irresponsavelmente, em nome de sua autonomia de estado federado”. Cavalcanti, Amaro. “Regime Federativo e a República Brasileira”. Apud Oswaldo Trigueiro. “A crise do Federalismo”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 11, junho de 1961. p. 39.

(6) Oswaldo Trigueiro. Op. cit., pp. 40-41.

(7) A expressão “idéias fora do lugar” foi elaborada por: Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977.

(8) Conforme Oswaldo Trigueiro. Op. cit., p. 45.

(9) Vitor Nunes Leal. *Coronelismo, Enxada e Voto. (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 2.ª edição. São Paulo, Editora Alfa-Ômega. 1975, p. 253.

(10) Expressão retirada de: Ana Maria Brasileiro. Op. cit., pp. 93-94. A política dos governadores, durante a República Velha, manifestou os interesses dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais. Sobre esse assunto: Almilcar Filho Martins. *A Economia Política do Café com Leite. (1900-1930)*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.

(11) Conforme Fernando Henrique Cardoso. “Dos Governos Militares de Prudente — Campos Sales”. *História Geral da Civilização Brasileira*, dir. por Boris Fausto (período republicano), São Paulo, Difusão Européia do Livro, tomo III, vol. 1.º, 1975. p. 175. “No tipo de federalismo brasileiro não só os Estados conservam muito poucos poderes próprios, como ainda o Governo Federal se reserva o direito, em caso de necessidade, de assumir a gestão das faculdades concedidas; é o exercício do direito de ‘intervenção’, que constitui modalidade característica do federalismo da América Ibérica”. Jacques Lambert. *Os dois Brasis*. 12.ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1984, p. 235.

mente analisado por Vitor Nunes Leal, significa, essencialmente, a debilidade do poder municipal, diante da crescente importância do plano federal.⁽¹²⁾ Concomitantemente, no âmbito do município, o coronelismo “presupõe . . . a decadência do poder privado e funciona como processo de conservação do seu conteúdo residual”.⁽¹³⁾ Desse modo, o federalismo, se não significou a ruína do poder agrário, traduziu, primordialmente, um arranjo político, cujos compromissos hospedaram-se no Estado e foram por ele comandados. As obsessões autonomistas remanesceram no passado; o panorama futuro delineou o desenvolvimento crescente da soberania estatal. O Estado constituído em 1930 não encontrou óbices fundamentais ao reordenamento do domínio público, e pôde redefinir a frio as suas ligações com os poderes locais.⁽¹⁴⁾

Certos estudos sobre o regionalismo brasileiro transitam em diferentes momentos desse processo, às vezes considerando especialmente um aspecto, ora operando várias combinações, ou mesmo bordando a ultrapassagem dessas marcas. Buscamos elencá-los, segundo um critério que compreendesse as dimensões privilegiadas da realidade, e as veredas interpretativas escolhidas, isto é, no prisma do recorte do objeto e da filiação teórica presente. Conseguimos visualizar três grandes grupos. No primeiro, alinham-se os livros de John Wirth sobre Minas Gerais, de Robert Levine sobre Pernambuco, e de Joseph Love sobre São Paulo e Rio Grande do Sul.⁽¹⁵⁾ As três primeiras obras foram produzidas em conjunto com o objetivo de “escrever história comparativa de um ponto de vista regional, isto é, apontando semelhanças e diferenças entre os três Estados principais, identificando, ao mesmo tempo, modos de interação no nível nacional”.⁽¹⁶⁾ A última teve precedência no tempo, constituindo-se na matriz dos livros concebidos a seis mãos. As obras guardam, portanto, uma estrutura formal comum, presente na própria distribuição dos capítulos, e as diversidades ficam por conta das especialidades históricas regionais no período de tempo delimitado. “O período em consideração começa com a devolução do poder

(12) Conforme Vitor Nunes Leal, Op. cit., p. 20.

(13) Idem, ibidem, p. 252.

(14) Conforme Luciano Martins. “A Revolução de 1930 e seu significado político”. Apud. Rosa Maria Godoy Silveira. *O Regionalismo Nordestino. Existência e Consciência da Desigualdade Regional*. São Paulo, Editora Moderna, 1984. p. 27.

(15) John D. Wirth. *O Fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Tradução portuguesa, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982; Robert M. Levine. *A Velha Usina. Pernambuco na Federação Brasileira 1889-1937*. Tradução portuguesa, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980. Joseph Love. *A Locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Tradução portuguesa, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982. Joseph Love. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. Tradução portuguesa, São Paulo, Editora Perspectiva, 1975.

(16) A introdução dos três livros foi escrita a seis mãos. Quando as citações referirem-se a essa parte, usaremos o livro de Love como indicação. Joseph Love. *A locomotiva. . .*, Op. cit., p. 7.

às antigas províncias pelo Império centralizado, e acompanha o verso da gradual retomada da autoridade e da responsabilidade pela União, o que ocorreu nos cinquenta anos que se seguiram. A nova centralização começou muito antes que a República Velha (1889-1930) fosse abolida pela revolução de 1930. E foi anunciada de maneira formal — e estritamente — pela ditadura estadonovista, o regime unitário de Getúlio Vargas (1937-1945).⁽¹⁷⁾ No andamento global da análise, subjaz a relação entre a estrutura do poder constituída nos três Estados e a dinâmica da política nacional. A luz, entretanto, detém-se nos Estados enquanto “unidades tomadas para análise, porque são os focos das fidelidades políticas e da própria organização política. Não houve partidos nacionais ou multi-estaduais no período em questão.”⁽¹⁸⁾

O privilégio da dimensão Estado transformou o âmbito federal em mero pano de fundo. Ato contínuo, no capítulo VI, comum nas três obras indicadas — *Estado e país: dimensões políticas* —, o enfoque local direcionou a análise, circunscrevendo-se às demandas dos setores dominantes rumo ao poder central. Com efeito, os “brasileiros”, ora considerados, escreveram sobre os Estados mais importantes na federação republicana, distinguindo o papel das elites na feitura do tecido e dos matizes, que a história adquiriu no período. O critério utilizado foi empírico: “A elite política é definida como composta pelos ocupantes dos cargos mais importantes no governo e nos partidos dominantes, tanto a nível estadual como federal, entre 1889 e 1937”.⁽¹⁹⁾

A partir daí, o andamento da análise gira em torno de um epicentro definido, obrigando a que a distribuição dos assuntos nos capítulos parta, continuamente, do mesmo ponto. Quando tratam da ocupação territorial, e da estrutura social, por exemplo, predominam dados geográficos, ou índices populacionais. A transformação da paisagem e o perfil societário são convertidos em *fenômenos em si*, faltando deslindar a força dos nexos sociais, escondidos detrás da transformação da natureza e dos agregados estatísticos. Sediados nas elites, são impelidos a aprofundar as relações intra camada dominante, em detrimento dos laços entre camadas sociais. Como decorrência, o travejamento teórico básico estará assentado na noção de comportamento político. “Regionalismo é definido como um comportamento (político) caracterizado, de um lado, pela aceitação de uma unidade política mais abrangente, mas, de outro, pela busca de um certo favoritismo e de uma certa autonomia de decisão (em matéria política e econômica), mesmo ao risco de pôr em perigo a legitimidade do sistema político vigente.”⁽²⁰⁾ O monopólio da vida política na República Velha, por estar contido nas mãos dessa camada social, transformou as elites no

(17) Idem, *ibidem*, p. 7.

(18) Idem, *ibidem*, p. 10.

(19) Idem, *ibidem*, p. 215.

(20) Idem, *ibidem*, p. 11.

tema de análise, deixando entrever que a opção teórica fundou o objeto. Caberia considerar, por outro lado, que o relevo atribuído à ação política, beira ao voluntarismo *strictu-sensu*, convertendo o processo de dominação e o Estado em nuances páldas do conjunto. A teoria da modernização firmou os parâmetros últimos das pesquisas. Daí o uso das noções de comportamento político, de geração política, de elite e de massa. A ênfase na modernização consoma a vestimenta do voluntarismo politicista. A capacidade de fazer história, atribuída às elites, explica o retardamento ou o avanço sociais. No caso de Pernambuco, “devido à resistência à mudança da aristocracia do açúcar, as medidas tomadas para modernizar a economia deram resultados desiguais e incompletos”.⁽²¹⁾ O processo de mudança social resta dependente do alcance do olhar de alguns.

Caberia considerar ainda que, a despeito do inegável interesse das obras que estamos analisando, elas parecem tender para uma visão externa ao Brasil Republicano. Evidentemente, a inspiração teórica lançou a carta definitiva no jogo. O papel modernizador das elites reporta-se aos empreendedores schumpeterianos autodeterminados, construtores da sociedade capitalista. Por isso, a comparação com os Estados Unidos não é simples casualidade: “Resumindo, houve um crescimento econômico, mas não o suficiente para energizar a sociedade no modelo norte-americano”.⁽²²⁾ Ao mesmo tempo, as noções de elite e o seu par conceitual — a massa —, de vasta tradição na literatura sociológica norte-americana, retratam concepções engendradas a partir de uma realidade social ausente do Brasil, pelo menos naquele momento.⁽²³⁾ O sentido último parece residir, de fato, numa imprópria compreensão das nossas especificidades, invalidando a cópia de modelos externos, descartando a possibilidade de repetirmos, no futuro, o passado das sociedades desenvolvidas. Convivemos com o federalismo sem um sistema de representação política desenvolvido, gestando certo artificialismo e sensação de deslocamento, rasto de todos os países dependentes.

No segundo grupo dos estudos sobre o regionalismo brasileiro, ordenam-se trabalhos cujo eixo da explicação desloca-se das elites para as oligarquias. Nesse espaço, são representativos os trabalhos de Eul-Soo-Pang, sobre a Bahia e de Terezinha Oliva de Souza, sobre Sergipe.⁽²⁴⁾

(21) Robert M. Levine. Op. cit. p. 236.

(22) John D. Wirth. Op. cit. p. 310.

(23) O livro de Mills constitui-se num bom exemplo de análise nesse sentido. Wright Mills. *A Elite do Poder*. Tradução portuguesa, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1962. Para uma crítica a essas noções: Gabriel Cohn. *Sociologia da Comunicação. Teoria e Ideologia*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1973.

(24) Eul-Soo-Pang. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934. A Bahia na Primeira República Brasileira*. Tradução portuguesa, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979. Terezinha Oliva de Souza. *Impasses do Federalismo Brasileiro (Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso)*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.

Os termos “oligarquia”, “oligarca”, e “coronéis”, pululam nas páginas dos livros e orientam as análises. A obra sobre a Bahia explicita o primeiro vocábulo: “oligarquia é definida . . . tanto como um sistema de domínio político por uma ou mais pessoas, representando um clã de grupo consanguíneo ou não, mantido unido por metas econômicas comuns, interesses políticos e crenças ideológicas e religiosas, ou pelo desejo coletivo de glorificação de um líder carismático, tudo para promover e defender o bem comum”.⁽²⁵⁾ A despeito da heterogeneidade na definição, que combina desde a categoria clã até a noção de bem comum, compreendendo quase todas as gamas de poder, pretendemos realçar a dimensão do domínio político. Mais à frente, o autor estabelece a conexão entre oligarquia e coronelismo, fundamento da política de dominação oligárquica.⁽²⁶⁾ Interessante perceber o tratamento conferido à República Velha, enquanto período de transição, fruto de “crise de legitimidade e eficiência do governo”, comum em épocas de mudança de regime e de passagem de “uma nação rural e agrária para uma nação industrial”.⁽²⁷⁾ Daí o coronelismo dizer respeito aos “aspectos sócio-políticos do monopólio do poder por parte das classes dominantes e auxiliares, nos regimes monárquico e republicano no Brasil”.⁽²⁸⁾ Em suma, o coronelismo é a forma de exercício do poder das oligarquias — “classes dominantes” — nos períodos de transição, entendidos como época de metamorfoses, no caso, de uma situação agrária para um estádio industrial, e nos momentos nos quais o “Estado forte e centralizado” encontrava-se ausente.

Mesmo que discordemos do andamento da análise e de asserções pouco matizadas como a referente à natureza do Estado durante a Primeira República, o recorte do objeto, ao incidir sobre o domínio oligárquico — coronelístico, permitiu a apreensão das características do poder rural no Brasil. Há, outrossim, transposições históricas inadequadas, presentes no manuseio de denominações como “clã” e “exército feudal”, para pensar os senhores da terra e os seus jagunços,⁽²⁹⁾ além do espectro da modernização rondar a cena da análise. De fato, distinguir a República Velha, enquanto época de transição, foi possível apenas porque entrecorta a fase arcaica da quadra moderna. “À medida que o desenvolvimento e a modernização aumentarem, uma nova elite emergirá. O interior diminuirá e a cidade avançará em direção ao centro do poder . . . O processo de mudança ainda está acontecendo, e em breve os coronéis, assim como os cangaceiros e os fanáticos, passarão à História como relíquias da Primeira República.”⁽³⁰⁾ Subentende-se, rumo à sociedade industrializada, afluente,

(25) Eul-Soo-Pang. Op. cit. p. 7.

(26) Idem, *ibidem*, p. 9

(27) Idem, *ibidem*, p. 20.

(28) Idem, *ibidem*, p. 20.

(29) Idem, *ibidem*, p. 24.

(30) Idem, *ibidem*, p. 235.

cujo poder central encontra-se plenamente soberano. O regionalismo feito domínio político de oligarquias movidas por interesses particularistas, traça vigorosamente o poder local, mas deixa, ainda, na sombra a dinâmica das articulações entre a centralização do Estado e as autoridades pulverizadas.

Impasses do Federalismo Brasileiro de Terezinha Oliva de Souza desperta a atenção no conjunto das obras. Discute o federalismo a partir de Sergipe, Estado periférico no concerto do poder republicano. O assunto é um momento específico da história republicana estadual. “A revolta de Fausto Cardoso é significativa de um momento de cisão na fração hegemônica da burguesia sergipana, momento crítico em que as camadas médias urbanas encontram condições de se pronunciar. O discurso antioligárquico das camadas médias urbanas é veiculado pela própria cisão oligárquica, que busca, no fundo, a recomposição do poder. O movimento é compreendido assim na sua ambigüidade: o ataque ao caráter elitista, fechado e dominador do grupo no poder é a linguagem de que se serve também a dissidência situacionista.”⁽³¹⁾ A autora opera a identificação entre oligarquia e burguesia. Ressalta o uso das camadas médias urbanas efetuado pelo cisma oligárquico com vistas à simples transferência de grupos no poder. Chama a atenção para a participação política vicária dos pequenos Estados, no plano federal, que só encontravam canais de expressão através do enfeudamento de suas oligarquias por outras mais fortes. Enfim, salienta o papel secundário de Sergipe, cuja “composição oligárquica se dera com a ajuda do Governo Federal, atendendo, num momento, aos desígnios do ‘bloco’”. Um dos saldos da Revolta foi promover o definitivo ajustamento de Sergipe ao novo centro de controle da “política dos governadores”.⁽³²⁾ Insinua-se, nessas passagens, determinado conceito de Estado enquanto *locus* de apropriação do setor mais forte da classe dominante, manifesto no enunciado — “desígnios do Bloco”; a visualização da dependência nordestina resultante da debilidade das suas oligarquias; e, decorrentemente, a concepção de espaços regionais definidos por formas diferenciais de domínio político. Nesse novo veio interpretativo a modernização cedeu terreno à oligarquia transubstanciada em classe social, trabalhada a partir dos nexos entre as suas diversas facções. Delineia-se, pois, em caso limite de aplicação da categoria poder oligárquico, para desenhar o espaço regional.

No terceiro grupo de trabalhos sobre o regionalismo, estão dispostos *Elegia para uma Re/li/gião* de Francisco de Oliveira, *Regionalismo e Anti-*

(31) Terezinha Oliva de Souza. Op. cit. p. 14.

(32) Idem, *ibidem*, p. 244.

regionalismo no Paraná de Rubem César Keinert, e *O Regionalismo Nordeste* de Rosa Maria Godoy Silveira.⁽³³⁾ O primeiro constitui-se num juízo às estratégias de planejamento da SUDENE e os dois últimos manejam a crítica da identidade regional. Os três espelham um tipo de abordagem onde o movimento global da reprodução capitalista confere sentido à região, redefinindo-as. O trabalho de Francisco de Oliveira inspirou as pesquisas subseqüentes, principalmente a primeira, orientando o andamento das análises de Keinert e de Godoy Silveira.

Na crítica à política de desenvolvimento regional, implementada pela SUDENE, o autor detém-se “no exame das tendências de homogeneização monopolística do espaço econômico, no exame do caráter diferenciado que pode persistir na reprodução do sistema global, no exame das contradições que esse caráter diferenciado pode colocar; neste sentido, as regiões seriam definidas pelo caráter diverso das leis de sua própria reprodução e pelo caráter de suas relações com as demais”.⁽³⁴⁾ É, pois, sob o prisma da reprodução e do seu impacto sobre as particularidades que o regional é determinado. Nessa perspectiva, a região torna-se “o espaço onde se imbricam dialeticamente numa forma especial de lutas de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição”.⁽³⁵⁾ Deste modo, o regional perde o cunho de *dado*, transformando-se num processo cuja dinâmica retira a energia das determinações globais do todo social. A convivência de partes com ritmos desiguais de desenvolvimento desembocaria na subsunção das mais fracas pelas mais fortes, num processo que tende a aprofundar as desigualdades ao invés de superá-las. “A especificidade de cada ‘região’ completa-se, pois, num quadro de referências que inclui outras ‘regiões’ com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção”.⁽³⁶⁾ Daí opta-se por um enfoque que privilegia o entrelaçamento a partir do qual as partes são recortadas, descurando-se as definições que buscam detectar os traços intrínsecos às diferentes regiões. Nesse andamento, a expansão e as mudanças das relações capitalistas na periferia são realçadas, constituindo-se dois planos de especificidades interligados. O primeiro diz respeito à própria reprodução periférica e o segundo às especialidades regionais.

(33) Francisco de Oliveira. *Elegia para uma re(li)gião. SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977. Rubem César Keinert. *Regionalismo e Anti-Regionalismo no Paraná*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1978. Exemplar mimeografado. Rosa Maria Godoy Silveira. Op. cit.

(34) Francisco de Oliveira. Op. cit. pp. 25 e 26.

(35) Idem, *ibidem*, p. 29.

(36) Idem, *ibidem*, p. 28.

Os trabalhos seguintes, centrados no fenômeno da identidade regional, partem do mesmo pressuposto. *Regionalismo e Anti-Regionalismo no Paraná* intenta perceber “como o regionalismo e o anti-regionalismo jogam um papel importante no embate entre a reprodução de um capital que necessita do espaço nacional e os capitais que dominam determinadas circunscrições desse mesmo espaço”.⁽³⁷⁾ Os atritos advindos do tipo de enfrentamento delineado, portanto, são fundamentais à caracterização do regionalismo. “O estudo realizado . . . propõe-se a captar a especificidade da questão no momento em que o desenvolvimento das relações de produção capitalistas já garantia as condições de consolidação do Estado capitalista no Brasil”.⁽³⁸⁾ O processo de modernização é, aqui, substituído pela dinâmica capitalista e o Estado entra na cena das considerações, deixando o lugar secundário a que fora relegado nos trabalhos analisados acima. O próprio regionalismo constitui-se no nível da ideologia das classes dominantes nos Estados, numa contrapartida à concentração e à centralização da política e da economia no âmbito nacional.⁽³⁹⁾ Por isso, o centro dos movimentos regionalistas no Brasil diz respeito a motivações essencialmente políticas e econômicas, reproduzindo uma forma de resistência à crescente absorção da parte pelo conjunto.⁽⁴⁰⁾ A identidade regional é a capa que agasalha aspirações de sobrevivência, cuidadosamente acalentadas. A visão do espaço regional, dessa forma, constrói-se no curso da luta, onde os jeitos de enfrentamento e de acomodação entre distintas frações da classe dominante são fundamentais. Conseqüentemente, as condições de resistência derivam da força da classe dominante local, frente às tendências abrangentes. O regionalismo é conduzido para o embate entre os segmentos sociais dominantes, na dinâmica da história. É verdade que o autor aponta para certa inexorabilidade, presente na inevitável reprodução capitalista, que visa ao nacional. A tendência à perda ronda as circunscrições, que caminham enlevadas pelo todo. O discurso regional vira manifestação da resistência e tende a reescrever-se no andamento geral. Por isso, o autor trabalha com a categoria “formação regional”, tentando captar as imbricações particulares a cada momento, do processo de acumulação e reprodução capitalistas.⁽⁴¹⁾ “. . . A formação regional não se explicaria por si mesma, ou seja, sem uma referência à formação social de que faça parte, necessária para explicar condições de reprodução não evidentes pela dinâmica interna da formação.”⁽⁴²⁾ Semelhantemente, nesse trabalho, o regional é recortado do conjunto, delineando-lhe a dinâmica, modelando-lhe a feição. *Regionalismo e Anti-Regionalismo no Paraná e Elegia para uma Re/li/gião*

(37) Rubem César Keinert. Op. cit.

(38) Idem, ibidem, p. 7.

(39) Idem, ibidem, p. 28.

(40) Idem, ibidem, pp. 19-20.

(41) Rubem César Keinert. Op. cit. pp. 20-21.

(42) Idem, ibidem, p. 22.

orientam-se por uma matriz teórica comum, mas o primeiro enfatiza as dimensões social e ideológica, enquanto o segundo transita, marcadamente, no espaço do movimento do capital que, como é óbvio, não as exclui, embora compreenda aspectos distintos de privilégio.

O Regionalismo Nordestino examina as condições responsáveis pela emergência da consciência do espaço. Nos fins do século XIX, com o advento da República, "... o discurso regionalista começa a ganhar maior consistência", no momento da hegemonia consolidada do setor cafeeiro e das mudanças na reorganização produtiva do açúcar.⁽⁴³⁾ "A ideologia regionalista, tal como surge é, portanto, a representação da crise na organização do espaço do grupo que a elabora. Uma fração açucareira da classe dominante brasileira, em vias de subordinação a uma outra fração hegemônica (comercial-cafeeira), se percebe no seu *locus* de produção e no relacionamento deste *locus* com outros espaços de produção, de forma predominante aquele da fração hegemônica."⁽⁴⁴⁾ Isto é, os produtores do açúcar divisaram, nitidamente, a perda relativa e absoluta do seu significado no contexto do país e vislumbram a sujeição dos seus interesses frente a outros mais poderosos. A perda do espaço corresponde a articulação regional da "classe dominante". O regionalismo nordestino, produto da crise e da sua consciência, constitui-se numa matriz ideológica que articula "... o conceito de região como categoria interpretativa da realidade".⁽⁴⁵⁾ Regionalismo e região — produções ideológicas da classe dominante — vinculam-se às transformações históricas provenientes do rearranjo do todo, constituindo-se em expressões concomitantes de reação e de enfrentamento. As elaborações regionais configuram-se, na mesma vertente analisada acima, em discursos de resistência. "Crise significa, então, um momento do processo histórico em que os elementos básicos componentes do espaço regional estão sendo reestruturados (substituídos ou transformados) em decorrência de condições internas e externas à região, e cujo sentido é conferir maior racionalidade à ordem capitalista mais ampla."⁽⁴⁶⁾ A inexorabilidade inerente ao capitalismo, já realçada na análise anterior, está presente em toda a sua pujança. O sentido imanente da racionalidade joga a criação regionalista na vala comum dos projetos fadados ao engano, por caminharem na direção oposta ao curso da história. "Dessa maneira, as medidas que, no seu processo de transformação que se abate sobre seu espaço, embora se apoiem no passado para justificarem a pretensão de uma volta ao 'equilíbrio perdido', enredam a *classe dominante regional em uma armadilha que a joga no futuro, mas em um futuro sobre cujo desenrolar não exerce o controle principal*. Ou seja, quanto mais tenta

(43) Rosa Maria Godoy Silveira. Op. cit. p. 58.

(44) Idem, *ibidem*, p. 17.

(45) Idem, *ibidem*, p. 18.

(46) Rosa Maria Godoy Silveira. Op. cit. 55.

escapar da armadilha do capitalismo, mais para ela caminha, muito embora se acredite dela se afastando.”⁽⁴⁷⁾ O regionalismo nordestino, segundo a autora, aspira uma atmosfera enevoadada por densas formações pré-capitalistas.⁽⁴⁸⁾ O *Manifesto regionalista de 1926*, expressão candente dessa perspectiva, reporta-se à “... ótica de um determinado grupo responsável por sua elaboração, as oligarquias rurais, (onde) Freyre formula uma idealização saudosista de tais valores, tentando preservá-los das mudanças em curso”.⁽⁴⁹⁾

O regionalismo configura, pois, a consciência infeliz das oligarquias decadentes. Não obstante, caberia considerar que a percepção das diferenças e dos descompassos regionais foi prenúncio do debate que desembocou no aparecimento posterior das políticas de incremento e de planejamento do Nordeste. No *manifesto* Freyre pede “... estudos ou indagações dentro de um critério de inter-relação que, ao mesmo tempo que se amplie, no nosso caso, o que é pernambucano, paraibano, norte-rio-grandense, piauiense e até maranhense ou alagoano, ou cearense em nordestino, articule o que é nordestino em conjunto, com o que é geral e difusamente brasileiro ou vagamente americano”.⁽⁵⁰⁾ A autora encontra, nessa passagem, a perspectiva “de um patriarcado agrário açucareiro, identificado com o projeto nacionalista, em uma generalização esvaziadora das relações contrárias de classes e estamentos”.⁽⁵¹⁾ Poderia, perfeitamente, localizar aí a esperança de suscitar a atenção do Estado brasileiro para os problemas nordestinos. O trecho parece apontar não para um distanciamento passadista; sugere, ao contrário, a ênfase no regional para conclamar à articulação. Nesse caso, a visão passadista conteria componentes seguramente modernos, e o tratamento do discurso pressuporia entender a especial combinação dessa dupla face. Não seria esse um dos traços fundantes, sobejamente característico, das elaborações culturais no Brasil?

Em suma, no tratamento do regional sobressaem os momentos de criação ideológica da classe dominante, presentes, porém com intensidade mais fraca, no trabalho anterior. A diferença afigura-se no peso conferido à ideologia. No livro em questão opera-se um certo deslocamento das criações mentais *vis à vis* da realidade. A abordagem da identidade regional supõe, no entanto, desvendar as elaborações produzidas por sujeitos sociais, que não se constituem em meras ilusões, mas em momentos do próprio real. A constância dos discursos regionalistas testemunha a existência de um fenômeno, cujo significado provoca o seu conhecimento. A permanente

(47) Idem, *ibidem*, p. 232. Grifo nosso.

(48) Idem, *ibidem*, p. 234.

(49) Idem, *ibidem*, p. 24.

(50) Gilberto Freyre. “Manifesto Regionalista de 1926”. Apud Rosa Maria Godoy Silveira. Op. cit. p. 23.

(51) Rosa Maria Godoy Silveira. Op. cit. p. 23.

reinvenção deve corresponder múltiplos processos de determinações, de enleamento do particular no geral. Pela variegada rede de significados responde a inextricável teia da história.

No encaço desse dúplice movimento parece-nos importante considerar, sobretudo, a identidade regional enquanto dimensão de um imaginário social em permanente elaboração. E, nesse sentido, o regional feito dimensão do imaginário adquiriria tanto uma significação que ultrapassa, embora contenha, a ideologia da classe, quanto a plasticidade que a teia social abrangente lhe conferiria. Explicitando: tratar o regional enquanto componente do imaginário social implica considerá-lo, certamente, enquanto ideologia, mas também, enquanto expressão de uma cultura regional capaz de orientar a feitura de uma gama variada de discursos. Somente para exemplificar, seria possível encontrar nas expressões literárias ditas regionais um veio de riqueza inesgotável à apreensão do regionalismo. Dessa forma, a dimensão imaginária abarca um leque de operações significativas, que não se restringe à sua face político-ideológica. Analisar o imaginário social, todavia, não quer dizer assumir a impossibilidade de compreendê-lo e inseri-lo no universo de relações sociais concretas. Pelo contrário, é necessário abordá-lo a partir de contextos que modelam certos agentes sociais onde questões permanecem e novas se colocam. Questões essas cujos dimensionamentos nacionais não se encontram, de nenhum modo, ausentes. Se é próprio de um tipo de produção regional asseverar a uniformidade do quadro rodeado pelo espetáculo das diferenças, em outros a fala monocórdia encontra-se ausente e é levada quase ao seu esgarçamento. Pensamos, nesse passo, em obras literárias profundamente enraizadas em realidades específicas, mas geradoras de problemáticas universais. Em suma, a articulação dos discursos regionais parece assimilar uma polifonia de vozes, que se movem e se readaptam no decorrer da história e que geram novas reinterpretações a partir de uma mesma matriz.